

# FH se despede do Senado pregando Carta mais enxuta

Sérgio Marques

BRASÍLIA — Num discurso de quase uma hora e meia para se despedir dos senadores, o presidente eleito Fernando Henrique Cardoso defendeu um enxugamento do texto constitucional como o critério básico de análise das emendas que ele encaminhará ao Congresso a partir de fevereiro. Ele deixou claro que não vai restringir de antemão os temas, mas já anunciou que considera prioritário retomar a agenda no ponto em que foi deixada pelo Congresso Revisor: “remover os nós que atam o Estado brasileiro”, como o atual regime fiscal, que inclui a reforma tributária, a divisão de competências entre União, estados e municípios, o orçamento federal, a previdência, e a ordem econômica — com flexibilização dos monopólios e abertura da economia ao capital estrangeiro. Em todos os casos, ele assegura: a ordem é negociar.

— Uma Constituição não se faz nem se muda com rolo compressor, mas com diálogo. Ela é ou deve ser a expressão dos valores mais profundos da nação, e não da vontade unilateral de maiorias transitórias. Teremos uma maioria. Não será a atitude dessa maioria a da arrogância ou a do rolo compressor — afirmou.

Em todos os campos Fernando Henrique deixou claro que não haverá surpresas. Assegurou que as suas propostas se baseiam exatamente no que já foi

discutido pelo Congresso Revisor que funcionou ano passado e acabou sendo atropelado pela CPI do Orçamento e pela falta de engajamento do Governo para aprovar reformas polêmicas como o fim da aposentadoria por tempo de serviço — um projeto que já tem o aval do presidente eleito e que será acompanhado de regras específicas para não prejudicar quem está às vésperas de se aposentar.

Em relação à reforma tributária, o primeiro ponto da agenda constitucional que ele destacou no discurso, a meta é reduzir a carga de impostos das exportações e os tributos sobre a folha de salários e a cesta básica, além de eliminar outros. Em todos os casos ele já tem o cronograma de implantação das reformas a serem aprovadas: lento e gradual.

— Desenhado o sistema tributário que queremos, vamos fazer uma transição gradual, avaliando a cada passo o efeito das mudanças e corrigindo eventuais erros de projeção sobre o comportamento da arrecadação.

Houve também recados para todos os lados. Ao Congresso, tratado por ele como “o solucionador dos impasses”, a mensagem foi a necessidade de se aprovarem as mudanças:

— Nós temos um prazo, um prazo limitado para tomar medidas que garantam a continuidade da estabilização e preparem o novo ciclo do desenvolvimento — lembrou.



O presidente eleito cumprimenta Florestan Fernandes, seu mestre e 'guru'

## 'DIVISÃO HISTÓRICA ENTRE APOIADORES E OPOSITORES DO REGIME DE 64 NÃO VIGOR MAIS'

■ **TRANSIÇÃO** — “Estas eleições colocam, a meu ver, um ponto final na transição. Depois de 16 anos de marchas e contramarchas, a ‘abertura lenta e gradual’ do ex-presidente Geisel parece finalmente chegar ao porto seguro de uma democracia consolidada. Saímos da refrega eleitoral sem cicatrizes pessoais ou partidárias no plano nacional. A divisão histórica entre apoiadores e opositores do regime de 64, que de algum modo sobreviveu ao pacto da Aliança Democrática, também não vigora mais.”

■ **CONGRESSO** — “O Poder Legislativo, em especial, tem sido alvo de críticas duríssimas. Críticas em parte procedentes. Longe de mim tapar o sol com a peneira por uma descabida ‘solidariedade de classe’. Mas é justo que se diga em alto e bom som: a transição não teria chegado a bom termo, o edifício da nossa democracia não estaria de pé se, dentro do Congresso Nacional, não houvesse políticos com ‘p’ maiúsculo. Entendo que não há democracia forte sem Parlamento forte, afinado com as aspirações da sociedade e apto a dividir poderes e responsabilidades na direção do Estado.”

■ **O FIM DA ERA VARGAS** — “Resta um pedaço do nosso passado político que ainda atravanca o presente e retarda o avanço da sociedade. Reforço ao legado da Era Vargas, ao seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado intervencionista. Esse modelo que assegurou o progresso e permitiu nossa industrialização começou a perder fôlego na década de 70. No final da década perdida, assim chamada e às vezes com injustiça, os analistas políticos e econômicos mais lúcidos já convergiam na percepção de que o Brasil vivia, não apenas um somatório de crises conjunturais, mas o fim de um ciclo de desenvolvimento de longo prazo. Faltava transpor essa agenda dos fóruns especializados para a arena política nacional. Isso começou a acontecer no governo anterior ao do presidente Itamar Franco. Infelizmente, de uma maneira atabalhoada, num ambiente político poluído por uma corte de desastrosos. Devemos à extraordinária sensibilidade política do presidente Itamar Franco que esse resultado não tenha sido levado pelo furacão que colheu seu antecessor. O país deve muito mais que isso a Itamar Franco. Deve a restauração da dignidade da função pública.”

■ **ESTABILIDADE ECONÔMICA** — “Meu Governo, pela manifestação expressa e maciça de apoio popular ao Plano Real, nasce absolutamente comprometido com a preservação da estabilidade da economia e da moeda nacionais. Contarei com a colaboração da mesma equipe econômica, reforçada por quadros igualmente competentes e dedicados. Com o engajamento de todo o Governo, serei inflexível na manutenção da disciplina fiscal e monetária. A instauração de uma verdadeira democracia econômica e social supõe que a ação do Estado se volte efetivamente para as maiorias menos organizadas ou inorganizáveis: os consumidores, os contribuintes, sobretudo os pobres e os excluídos. Para isso, é preciso resgatar o Estado da pilhagem dos ‘interesses estratégicos’, das ‘conquistas sociais’ exclusivistas, do corporativismo, privilégios que distorcem a distribuição de renda. O processo de estabilização exige que avancemos novos passos na desindexação da economia, sem truques nem confiscos, mas com determinação.”

■ **GASTOS PÚBLICOS** — “A imprensa, ultimamente, deu curso à versão

de que eu seria excessivamente contido nos gastos pessoais. Os senadores que convivem comigo sabem que a fama é imerecida. Intriga da oposição. Pois bem: creiam que farei por merecer essa fama em tudo o que diz respeito ao controle do gasto público.”

■ **ABERTURA DA ECONOMIA** — “Exportar para importar: esta é a regra que deve presidir ao novo ciclo de crescimento. Importar equipamentos e insumos para acelerar a expansão da indústria, da agricultura e dos

serviços domésticos. Importar bens de consumo também montando uma proteção tarifária moderada para que os preços internos se aproximem dos preços internacionais e os ganhos de produtividade já ocorridos e por ocorrer se transfiram para o conjunto da sociedade. E assim que se combina crescimento e distribuição de renda nas economias capitalistas maduras.”

■ **ESTATAIS** — “O processo de privatização deve ser estendido a outras atividades e empresas do setor de energia, transportes, telecomunicações e mineração. Hoje, os órgãos do Governo encarregados de controlar as empresas estatais são controlados por elas. Na verdade, as estatais e suas agências ‘controladoras’ movem-se numa zona cinzenta, onde nem bem vigora a lógica da boa gestão empresarial, nem bem a lógica do interesse público. Ambas acabam atropeladas por ingerências políticas indevidas, por concessões espúrias a interesses privados, pelas ‘conquistas corporativas’. E preciso separar esses dois campos para reforçar ambos — a autoridade pública e as empresas. Só pode haver privatização correta quando se reforça a autoridade pública.”

■ **PRESSA** — “O maior risco que corremos hoje no Brasil é o risco do sucesso. A vitória sobre a inflação, a retomada do crescimento, as eleições, o tetra, tudo isto levou o país a um momento de desafogo e recuperação da autoconfiança. O perigo é que o desafogo da sociedade nos leve a baixar a guarda diante dos problemas que persistem. O Plano Real é o primeiro passo e a ponte para as reformas estruturais que perdemos a chance de encaminhar neste ano. O Brasil tem pressa, portanto. E nós, seus mandatários, temos um prazo limitado para tomar as medidas que garantam a continuidade do processo e preparem o terreno para um novo ciclo de desenvolvimento. O povo, que hoje ensaia uma reconciliação com o poder, será duro conosco amanhã se sofrer mais uma desilusão.”

■ **AGENDA CONSTITUCIONAL** — “Proponho que retomemos de onde paramos na revisão constitucional: pela remoção, da Carta de 88, de nós que atam o Estado brasileiro à herança do velho modelo, e de algumas impropriedades que nós, constituintes, acrescentamos por nossa conta. Tampouco nessa matéria trago alguma caixa de surpresas. Apesar dos resultados decepcionantes, o processo de revisão serviu para colocar na mesa de negociação as alternativas sobre cada tema relevante. Encaminharei ao Congresso, em fevereiro, um conjunto de emendas que retoma sugestões apresentadas à revisão pelo presidente Itamar Franco e alternativas discutidas no âmbito do Congresso Revisor. O regime fiscal da Constituição de 88 é economicamente ineficiente, socialmente injusto e intrinsecamente deficitário.”

■ **DESCONSTITUCIONALIZAÇÃO** — “O detalhismo da Carta de 88 teve o efeito indesejado de despolitizar questões e tribunalizar decisões. Os juízes devem decidir de acordo com a lei. Fazer e adaptar as leis às condições do país é tarefa dos mandatários eleitos. Quando essa possibilidade é negada pela Constituição, acabamos todos, juízes e mandatários, no mesmo dilema. Uma opção dilacerante, como uma ‘Escolha de Sofia’, entre a ordem jurídica e a disciplina fiscal. Desconstitucionalizar tudo o que for possível desconstitucionalizar, portanto, deveria ser o critério básico na discussão das emendas constitucionais.”

■ **REFORMA TRIBUTÁRIA** — “Com vistas à eficiência e à competitividade da economia, será indispensável dimi-

nuir a carga sobre o rendimento produtivo e exportações. (Em vistas ao emprego e à justiça social) teremos que reduzir os tributos sobre a folha de pagamento. Com vistas a diminuir o custo da arrecadação e comitar a sonegação, temos que eliminar alguns impostos e integrar a máquina de arrecadação da União com as dos Estados e Municípios.”

■ **PREVIDÊNCIA** — “A prevalência exclusiva do tempo e serviço — caso praticamente único no mundo — cria uma distorção social financeira que se aprofundará vertiginosamente nos pró-

ximos anos, pois ao mesmo tempo em que as pessoas se aposentam mais jovens, mais tem aumentado sua expectativa de vida. Seria indispensável mudar os critérios de aposentadoria para uma fórmula que combine tempo de serviço com idade mínima.”

■ **CAPITAL ESTRANGEIRO** — “A Constituição de 88 andou na contramão da história em relação ao capital estrangeiro. Acredito que o momento amadureceu para acabar com as restrições descabidas de ver o dispostivos que impedem que o capital estrangeiro venha engressar a massa de investimentos necessária para dinamizar os setores de energia elétrica e mineração, eliminar a distinção mais retórica do que prática, mas nada assim discriminatória, entre empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional.”

■ **MONOPÓLIOS ESTATAIS** — “Defendo a flexibilização dos monopólios estatais para permitir parcerias com a iniciativa privada, investimentos para expansão dessas áreas.”

‘Entendo que não há democracia forte sem Parlamento forte’

serviços domésticos. Importar bens de consumo também montando uma proteção tarifária moderada para que os preços internos se aproximem dos preços internacionais e os ganhos de produtividade já ocorridos e por ocorrer se transfiram para o conjunto da sociedade. E assim que se combina crescimento e distribuição de renda nas economias capitalistas maduras.”

■ **EXPORTAÇÃO x CÂMBIO** — “O Governo terá de estar atento para não comprometer o desempenho das exportações e da produção para o mercado interno por uma apreciação artificial do real. Mas em nenhuma hipótese o Governo poderá ceder a pressões que acabariam por trazer de volta o protecionismo, através da reindexação do câmbio e de uma depreciação igualmente artificial do real. O dólar não deve voltar mais a funcionar como um índice de preços internos. Portanto, manter e aumentar a competitividade das exportações, sim. Mas em bases consistentes com a política de estabilização e com a estratégia de abertura da economia. Através de medidas que.

‘Resta um pedaço do nosso passado que atravanca o presente’

por um lado, permitam novos ganhos de produtividade às empresas, reduzindo o chamado ‘Custo Brasil’, como mais estradas e portos ruins.”

■ **ESTADO-MERCADO** — “O Estado produtor direto passa para o segundo plano. Entra o Estado regulador, não no sentido de espalhar regras e favores especiais a torto e a direito, mas de criar o marco institucional que assegure plena eficácia ao sistema de preços relativos, incentivando assim os investimentos privados na atividade pro-

‘O maior risco que corremos hoje é o risco do sucesso’

■ **REFORMAS CONSTITUCIONAIS** — “A amplitude das mudanças possíveis pelo rito de emendas constitucionais é menor do que uma revisão por maioria absoluta e cameral. Eu veria com bons olhos fórmulas que permitissem acelerar tramitação de emendas. Não estou pensando em reduzir o quórum, mas sim em encontrarmos em conjuguem fórmulas que permitam uma análise simultânea nas duas Casas. Toda discussão tem que ter como pano de fundo conduzir a Constituição ao leito natural das regras gerais e parâmetros.”